

Maldita herança ibérica? Resumão de uma aula sobre “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Holanda

Por Gabriel Peters

<https://blogdolabemus.com/2025/12/18/raizesdobrasilbh/>

Em "*Raízes do Brasil*", o retorno às raízes históricas da sociedade brasileira assume a forma não de uma historiografia detalhada, mas de uma interpretação sintética do Brasil nas suas tendências socioculturais mais profundas, as quais explicariam, para Sérgio Buarque de Holanda, muitos de nossos dilemas

Você sabe de que livro está falando?

Um dos vários (e sempre controversos) aspectos em que o “pensamento social” de figuras da “geração de 30”, como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque Holanda, costuma ser contraposto à posterior ciência social acadêmica é a presença, naquelas figuras, de uma relativa indistinção entre prosa sociocientífica e “ensaísmo” literário. O estilo de Sérgio se aproxima mais da “seriedade” acadêmica quando contrastado com os coloquialismos que Gilberto borrija na sua escrita. Assim como Freyre, Holanda já apresentava, em *Raízes do Brasil*, uma vocação mista, em que o interesse historiográfico pelo concreto se vinculava ao uso de instrumentos teóricos colhidos das ciências sociais (p.ex., da sociologia de Max Weber). Ao longo da sua carreira, o veio historiográfico se afirmaria crescentemente contra o ousado *interpretativismo sociológico* de seu primeiro livro (Cf. Gusmão, 2012; Nicolazzi, 2016; Wegner, 2006). Originalmente publicado em 1936, o texto brotou em versão um tanto diferente daquela que conhecemos hoje, como veremos abaixo.

Tal qual acontece (uma vez mais) com a obra de Freyre, a interpretação da obra de Sérgio Buarque se tornou altamente especializada, a tal ponto que a discussão de seu livro é obrigada a passar por dois eixos articulados de pesquisa.

O primeiro é o *debate entre seus intérpretes* – por exemplo, o Sérgio “inventado” por Antonio Candido no final da década de 1960, cujas credenciais democráticas seriam inquestionáveis, *versus* o Sérgio mais recentemente desencavado por autores como [Leopoldo Waizbort](#), [Ronaldo Vainfas](#) e [Sérgio da Mata](#).

O segundo eixo é a *história de revisões* a que o livro foi submetido pelo próprio autor – revisões que, incluindo as alterações significativas feitas na segunda edição em 1948, são justamente a fonte dos debates mencionados sobre quais seriam as ideias “originárias”, “derradeiras” e/ou “verdadeiras” de *Raízes do Brasil*.

Nada próximo a uma análise dessa literatura será feito aqui, mas cabe o aviso.

“Raízes” literárias e “formação” alemã

Tendo passado um período formativo na Alemanha entre 1929 e 1930, Sérgio Buarque leu assiduamente as obras de [luminares do historicismo como Dilthey](#) e de [sociólogos como Weber](#). A influência metodológica do historicismo alemão transparece, em *Raízes do Brasil*, na preocupação com a *singularidade* de formações socioculturais. Tal singularidade é mapeada com o recurso, aprendido por Sérgio com a obra weberiana, a [conceitos ideal-típicos](#), tais como o “aventureiro”, o “trabalhador”, o “semeador” e o “ladrilhador”.

Com sua imagem das “raízes”, Sérgio Buarque de Holanda (SBH de ora em diante) passou a integrar a família de intérpretes da sociedade brasileira que a apreendem sobretudo em termos de sua *formação*. O retorno ao passado, no caso sergiano, é voltado especialmente às *fontes ibéricas* que moldaram padrões brasileiros de sociabilidade, tais quais o *personalismo* e a *cordialidade*.

Como outras análises que voltam ao passado para elucidar o presente, SBH quis mostrar que tais padrões de ação e relação social continuavam existindo como *persistências tradicionais ou pré-modernas* em um presente cuja fisionomia institucional já trazia, pelo menos “na superfície”, traços modernos (Cf. Souza, 2000 e 2003; Tavolaro, 2011 e 2024; para críticas indispensáveis). Neste livro, o retorno às raízes históricas da sociedade brasileira não assume, portanto, a forma de uma historiografia

detalhada. Trata-se, em vez disso, de uma *interpretação sintética* do Brasil nas suas tendências sociopsicológicas mais profundas, as quais explicariam, para o autor, muitos de nossos dilemas econômicos, políticos e culturais.

Iberismo e cultura da personalidade

SBH é comumente considerado um dos representantes do *iberismo* como princípio dominante de compreensão histórico-social do Brasil. Como o rótulo indica, tal interpretação da realidade social brasileira confere peso determinante às matrizes ibéricas de sociabilidade que presidiram à colonização. A essa ideia se junta a hipótese de que aquelas influências ainda se encontrariam discerníveis no presente brasileiro, mesmo após a independência política e outros processos de aparente modernização.

A referência de conjunto à Península Ibérica perpassa os primeiros dois capítulos de *Raízes*. Nessa primeira parte do livro, Holanda mapeia a existência de uma “cultura da personalidade” que, ao fundar sociabilidades na base de *relações de afeto* entre *pessoas particulares*, obteve, em Espanha e Portugal (assim como em suas colônias), formas estáveis de associação entre *indivíduos anônimos e iguais* – isto é, associações cuja reunião fosse ditada não pelos *sentimentos* de *pessoas que se conhecem*, mas por considerações *racionais* que promovessem alianças *estratégicas* entre *desconhecidos*.

Neste contraponto que atravessará o livro, portanto, SBH não apenas opõe a ação *afetiva* à ação *racional*, em termos weberianos, mas também tende frequentemente a sobrepô-las respectivamente a relações entre *conhecidos*, de um lado, e relações entre *anônimos*, de outro. Quando um político dá um cargo governamental a um amigo ou a um parente com base em sua conexão pessoal, ele ilustra a primeira lógica. Quando indivíduos participam de uma associação a partir de interesses estratégicos particulares, eles ilustram a segunda – por exemplo, membros de um sindicato profissional reconhecem seus interesses partilhados independentemente de travarem relações pessoais ou mesmo de se (des)gostarem no plano afetivo.

Em compasso com a tese weberiana da racionalização formal como tendência-chave da modernidade, SBH toma a segunda lógica como propriamente moderna, antes de retratar o que vê como sua *penetração insuficiente* na vida social brasileira. O cerne do seu argumento quanto à herança ibérica no Brasil consiste, com efeito, em mapear a persistência daquela primeira lógica, afetiva e personalista, nos próprios aparatos institucionais que, em princípio, deveriam funcionar de acordo com a segunda.

SBH localiza na cultura ibérica da personalidade um elogio da “digna ociosidade” (1995: 38) que tornava os portugueses e os espanhóis, no quesito “trabalho”, mais assemelhados à Antiguidade greco-romana do que às sociedades transformadas pela generalização de uma ética do esforço utilitário e cotidiano – ao estilo do *ethos* analisado por [Weber n’A ética protestante e o espírito do capitalismo](#). Sendo uma das fontes do recurso ibérico ao trabalho escravizado nas suas colônias americanas, o estigma projetado sobre tarefas manuais e mecânicas foi, por seu turno, *reforçado* pela própria vigência da escravidão naquelas terras coloniais ao longo dos séculos.

De modo complementar, inclinando-se de saída a uma distribuição *desigual* de valor, a cultura ibérica da personalidade imporia barreiras ao igualitarismo formal, inerentemente dependente de uma conduta racionalizada baseada no controle dos afetos – por exemplo, quando o mesmo tratamento impessoal é oferecido por um funcionário do estado tanto a um indivíduo concreto que ele intimamente despreza quanto a outro que ele intimamente aprecia. Na medida em que tal cultura da personalidade seria impeditiva de formações sociais estáveis baseadas no cálculo racional e em normas impessoais, SBH descreve a sociabilidade ibérica como oscilando entre a *convivência anárquica de pretensos barões*, de um lado, e o *autoritarismo político baseado na força* (e/ou no apelo carismático da força), de outro: “Em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida” (Ibid.: 32).

O aventureiro e o trabalhador: diferenças da Ibéria

Para além do retrato da modernidade como um complexo institucional dependente da conduta racionalizada em esferas como o mercado capitalista e o estado burocrático, SBH trai sua influência weberiana no livro pelo recurso metodológico a *conceitos típico-ideais*. A metodologia dos tipos ideais governa a oposição, proposta desde o segundo capítulo, entre o “aventureiro” e o “trabalhador”. Trata-se de dois modos de orientação da conduta humana, sobretudo frente ao mundo material, que atuaram como *disposições psicológicas da expansão colonial*. Tal qual Weber quando mobilizou essa espécie de construto conceitual, Holanda pinta a ética da aventura e a ética do trabalho em forma tão *pura e exagerada* quanto possível. Não porque ele suponha que essas éticas puras pudessem ser encontradas como tais na realidade empírica, mas justamente para que casos concretos fossem iluminados em termos de sua maior ou menor aproximação àqueles conceitos ideal-típicos. O contraste substantivo se refere às disposições colonizadoras de tipo predominantemente *aventureiro* entre portugueses, espanhóis e ingleses (pelo menos

até o século XIX), de um lado, e o colonialismo preponderantemente *trabalhador* de alemães, franceses e holandeses, de outro.

O aventureiro prefere grandes gestos ousados que confirmem riquezas vastas e rápidas, as quais são, então, aproveitadas com o mergulho indulgente no luxo e na indolência. Em contraste, o trabalhador prefere o esforço metódico e persistente voltado à acumulação lenta de lucro, favorecida ainda pela evitação do desperdício. No tocante à relação meios/fins, portanto, aventureiros privilegiam os fins, ao passo que trabalhadores se concentram sobre os meios.

A oposição entre a ousadia aventureira e a obstinação trabalhadora também se exprime em orientações discrepantes quanto ao *espaço* e ao *tempo*. Como convém a um tipo psíquico que se lançou à travessia de oceanos em busca de glória e fartura, o aventureiro tem uma relação expansiva com o espaço, sempre visto em termos das oportunidades de exploração e riqueza por ele oferecidas. A visão expansiva do espaço encontra seu complemento, entre os aventureiros, em uma *restrição* do horizonte temporal que privilegia gratificações mais imediatas em detrimento de metas de longo prazo. Eis por que as contrapartes da ousadia aventureira, diz SBH, são o ócio e a indolência, vistos como mais dignos do que trabalhos manuais e mecânicos cujas gratificações não são brilhosas como aquelas prometidas pela aventura. Eis também a base para a *relação predatória com a terra* que marcou a colonização aventureira do Brasil pelos portugueses, propensos a esgotar um pedaço de terra após o outro em busca do lucro fácil e rápido.

Como já previsto pela sergiana “metodologia dos contrários” (na expressão de Antonio Candido [1975: 12]), a relação com o tempo e com o espaço ganha contornos *inversos* no caso dos trabalhadores. A concentração predominante sobre os meios em detrimento dos fins transborda para uma relação com o mundo material que não é a do oportunismo em busca de riqueza fácil, mas do enfrentamento metódico e paciente de *obstáculos*. Em contraste com o expansivismo dos aventureiros, a relação trabalhadora com o espaço é a de um cuidado com a terra que possibilite a fixação durável da própria sociedade – por exemplo, no caso de colonos que vieram à América não porque incensados pela busca de riqueza, mas para se reestabelecerem como coletividade após perseguição política e/ou religiosa no continente europeu. Nesse sentido, revertendo a combinação própria do estilo aventureiro, o horizonte espacial restrito do trabalhador se complementa a uma ampliação do seu horizonte temporal para o longo prazo. Portanto: *espaço ampliado e tempo contraído no caso do aventureiro; espaço contraído e tempo ampliado no do trabalhador*.

Fonte: Blog do Labemus [www.blogdolabemus.com]

A psicologia cultural de SBH frequentemente chega às raízes de uma antropologia histórica do *desleixo* como traço português. Apesar das semelhanças substantivas entre seus respectivos retratos da colonização portuguesa, SBH difere frontalmente de Gilberto Freyre, assim, ao propor menos a *conciliação* com nosso passado lusitano do que uma defesa da *ruptura com as amarras* que esse passado insistiria em atualizar em nosso presente.

Aqui cabe um alerta. A postura de crítica inequívoca à herança cultural portuguesa se consolida sobretudo a partir da revisão a que SBH submeteu o livro para sua segunda edição em 1948. Tal revisão expurgou o texto original de 1936 de passagens que acenavam para facetas do legado ibérico quer como positivas, quer como incontornáveis. Ao fazer tais acenos, o texto de 1936 problematizava a democracia liberal de um modo que o próprio SBH viria a considerar intolerável à sombra de acontecimentos posteriores no Brasil e em todo mundo. As credenciais democrático-liberais afirmadas desde a segunda edição foram chanceladas, ainda, por um famoso prefácio que Antonio Candido escreveu para o livro no final dos anos de 1960. Muito da discussão mais recente da obra de SBH versa, assim, sobre as diferenças entre a edição de 1936 e as edições subsequentes. (Os ensaios de diversos autores reunidos por Lilia Schwarcz e Pedro Meira Monteiro na edição comemorativa de 80 anos do livro [2016] são um bom ponto de partida para quem tem interesse nessas controvérsias.)

Voltemos. A reavaliação negativa, por SBH, de características reputadas como positivas por Freyre também se estende ao passado colonial, como ilustra a interpretação holandiana da *adaptabilidade* lusitana. A pouca disposição ao trabalho metódico e paciente de implantação da própria cultura em outros territórios explica, segundo SBH, esse traço:

“Onde lhes faltasse o pão de trigo, aprendiam a comer o da terra...(...) Habituar-se também a dormir em redes, à maneira dos índios. (...) segundo nos referem testemunhos do tempo. Aos índios tomaram ainda instrumentos de caça e pesca, embarcações de casca ou tronco escavado, que singravam os rios e águas do litoral, o modo de cultivar a terra ateando primeiramente fogo aos matos. (...) Nas suas plantações de cana, bastou que desenvolvessem em grande escala o processo já instituído, segundo todas as probabilidades, na Madeira e em outras ilhas do Atlântico, onde o negro da Guiné era utilizado nas fainas rurais” (1995: 47)

Introduzindo uma tese que perpassa todo o livro, SBH sustenta que as disposições psicológicas personalistas e aventureiras que governaram a colonização portuguesa não vigoraram somente no campo, mas foram, desde cedo, transpostas para o domínio urbano. A desvalorização cultural de trabalhos mecânicos e artesanais prejudicou a formação de associações de artífices, ao passo que a ânsia aventureira pelo lucro fácil, ao encorajar uma mudança frequente de ofícios, impediu a especialização técnica em ofícios particulares. Embora não se demore longamente no tema, SBH também interpreta nesses termos a propensão dos portugueses à mestiçagem no domínio das relações eróticas e familiares, propensão para a qual teriam concorrido também fatores afirmados por Freyre: o *status* etnicamente mestiço que os portugueses já possuíam na Europa e, por conseguinte, a suposta ausência, neles, de “orgulho de raça”, pelo menos nas formas rígidas e inflexíveis características dos “povos do Norte” (Ibid.: 53). Como veremos em futuras aulas-texto sobre o pensamento brasileiro, tal ideia de uma “ausência de orgulho de raça” dentre os portugueses seria criticada por autores como Lélia Gonzalez (2020) e Clóvis Moura (1988).

O rural e o urbano: diferenças na Ibéria

A partir dos capítulos 3 e 4, SBH passa ao inventário das diferenças internas à “Ibéria” como complexo histórico-cultural, contrastando o *ruralismo* dos portugueses ao *urbanismo* dos espanhóis. O autor também aponta, no próprio traçado das cidades na América ibérica, a discrepância entre a adaptação desleixada do “semeador” português, de um lado, e a vontade construtiva do “ladrilhador” espanhol, de outro.

O capítulo 3, “Herança rural”, trai a influência do retrato freyriano da grande propriedade agrícola, chefiada por um patriarca com controle de sua “família” estendida (sinhá, filhos “legítimos”, filhos “ilegítimos”, agregados, escravizados), como a unidade social fundamental do Brasil colônia. Dos alimentos até a escola, da igreja até o mobiliário, a grande propriedade rural continha todos os alicerces de um microcosmo social autônomo, no qual o poder do *pater familias* não encontrava quase nenhum freio.

O tema da persistência do passado tradicional sobre um presente que se afirmava (ou queria se afirmar) como moderno reaparece neste capítulo. Tal qual o personalismo e a cordialidade, na verdade de modo entrelaçado com estes padrões de ação e sociabilidade, a lógica do meio rural que dominou os primeiros séculos de existência do Brasil foi frequentemente transplantada para o meio urbano. Sendo familista e patriarcal a unidade

social do Brasil colônia, ela tendeu a exportar o *familismo* e o *patriarcalismo* como princípios organizativos para outras unidades sociais, inclusive aquelas que, como o moderno estado “racional-legal” (Weber), nasceram em direta oposição a eles – um exemplo óbvio de tal dinâmica seria o das “dinastias” familiares na política brasileira.

Depois de apresentar a cultura da personalidade e a disposição aventureira como traços compartilhados por portugueses e espanhóis nos primeiros capítulos, portanto, SBH usa o miolo do livro para *distinguir* suas respectivas empreitadas colonizadoras. Não somente o ruralismo dos portugueses contrastou com o urbanismo dos espanhóis; a própria composição social e material das cidades seguiu orientações marcadamente distintas nas Américas portuguesa e espanhola. Grosso modo, o “semeador” português se adaptou às características já dadas na natureza, cedendo à paisagem natural “todas as vezes em que as conveniências imediatas aconselharam a ceder” (Ibid.: 95). O “ladrilhador” espanhol, ao contrário, forcejou por impor sua vontade construtiva ao território natural para garantir a instalação de núcleos urbanos estáveis e bem ordenados.

A principal explicação de SBH para os diferentes estilos de ocupação colonial do território consiste nas *trajetórias históricas pregressas* que Portugal e Espanha percorreram na *centralização política do estado nacional*. Tendo atravessado uma centralização precoce, os portugueses não foram guiados pela motivação de estabelecer aqui um novo Portugal, diz SBH. Isto explicaria a transigência com as características locais, em vez da insistência na transposição de seus arranjos sociogeográficos para a terra americana. Na medida em que a Espanha, em contraste, sempre se viu às voltas com a ameaça de desintegração, sua empreitada colonial teria se orientado por uma “fúria centralizadora” (Ibid.: 116) como mecanismo compensatório.

O que é “cordial” no homem cordial?

No capítulo 5, o mais famoso do livro, Holanda introduz o tema clássico do “homem cordial”. A noção de cordialidade com a qual trabalha o historiador paulista, tomada de empréstimo a Ribeiro Couto, possui um *significado técnico* que vai além da sua acepção de senso comum. Aludindo às suas raízes etimológicas na palavra “coração”, o conceito de cordialidade designa modalidades de ação predominantemente baseadas em *afetos*, sejam tais afetos orientados positivamente (p.ex., hospitalidade, carinho etc.) ou negativamente (p.ex., hostilidade, agressão etc.).

Uma vez mais, o modelo contrastivo empregado por Holanda advém do diagnóstico weberiano da modernidade, em particular da tese de que esferas institucionais como o mercado capitalista e o estado burocrático só podem funcionar propriamente com base na *conduta racionalizada*. Nesta conduta, disposições afetivas são dominadas pelo cálculo instrumental (p.ex., o empresário que demite um empregado de quem gosta para cortar custos) e/ou por normas impessoais (p.ex., o juiz que absolve um réu em obediência à lei, a despeito de sua vontade de vê-lo preso).

Como acontece com o personalismo, a cordialidade consistiria em um padrão tradicional ou “pré-moderno” de ação e de sociabilidade legado por nossas raízes lusitanas. Trata-se, assim, de um passado que SBH julga capaz não apenas de persistir no presente como também de operar no seio mesmo daquelas esferas institucionais que, trazidas da Europa, dependeriam de lógicas discrepantes de ação. O foco central do capítulo quinto é, com efeito, a influência da cordialidade familista e personalista sobre um aparato estatal que, embora na superfície baseado em normas impessoais e abstratas aplicáveis a todos, terminava funcionando a partir daqueles princípios particularistas. Quando agrupamentos específicos, formados a partir de laços afetivos e personalistas, se apropriam do aparato estatal para perseguir seus interesses particulares, o estado passa a vigor como instrumento de dominação *patrimonial*.

Ao ser invadida por orientações de ação e formas de sociabilidade privatistas, a esfera estatal, longe de funcionar como fonte de uma conduta impessoal baseada no controle dos afetos, torna-se uma *ferramenta de poder* para aquelas orientações e sociabilidades privatistas. Por exemplo, uma mesma lei contida no código penal, em vez de aplicar-se de modo impessoal e igualitário a quaisquer indivíduos, é ignorada no trato jurídico com aliados (amigos, parentes etc.) e utilizada como *instrumento* de perseguição aos inimigos (“Para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei”). Do desembargador que procura humilhar o guarda que lhe aplicou uma multa (seguindo o critério impessoal da lei) até o “peemedebismo” do “Centrão”, capaz de se manter no poder legislativo ao longo de décadas de diferentes governos, as noções de “personalismo” e “patrimonialismo” se fazem presentes com frequência na explicação de fenômenos sociais e políticos que marcam o Brasil até hoje.

Novos tempos, nossa revolução

Retornando a esse tema nos capítulos 6 e 7, SBH também envereda por uma história das ideias bastante ambiciosa nas suas intenções interpretativas. O desprezo pelo esforço pedestre, gradual e disciplinado que marcou a atividade material no Brasil desde a colônia também teria transbordado, segundo o autor paulista, para nossa vida intelectual, na qual a grandiloquência brilhosa tendia a ofuscar preocupações com rigor e substância.

Juntando suas preocupações de intérprete do Brasil à sua bagagem já robusta de crítico literário, SBH nota que a indisposição brasileira a sacrificar a personalidade em prol das demandas da realidade se manifestaria nos “movimentos de exaltação e de depressão...da literatura romântica” (Ibid.: 162). Em vez de um enfrentamento metódico e paciente de uma realidade percebida como insuficiente e desagradável, a literatura romântica fugira para um terreno imaginário, criando “um mundo fora do mundo” (Ibid.) que funcionava como “um derivativo cômodo”, mesmo quando melancólico, “à nossa realidade cotidiana” (Ibid.).

Integrando os diferentes fios de sua análise, SBH junta o tema do patrimonialismo ao da retórica vazia como heranças ibéricas convergentes. Ele nota, mais especificamente, que a apropriação patrimonial do estado por aristocracias rurais e semifeudais caminhou a par e passo com a importação de *discursos e lemas* oriundos das revoluções burguesas europeias. Entre nós, no entanto, tais discursos e lemas passaram a funcionar não como motores de mudanças históricas genuínas, mas como “fachada ou decoração externa” para a vigência de padrões tradicionais:

“A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos” (Ibid.: 160).

O tema das relações entre sociedade e estado é central às reflexões sobre “nossa revolução” que fecham o livro. O foco sobre a persistência de traços tradicionais na sociedade brasileira não significava, escreve SBH, negação da existência de quaisquer processos genuinamente modernizantes nessa mesma sociedade. Tratava-se, sim, de sublinhar a *tensão histórica* entre tais processos modernos, de um lado, e aqueles traços pré-modernos mapeados ao longo do livro, de outro. Ainda que a escravidão não figure

como característica decisiva na formação da sociabilidade brasileira para SBH, sendo antes explicada como efeito de uma disposição colonial aventureira, o autor enfatiza a proibição do tráfico de escravizados [1850] e a abolição da escravatura [1888] como passos decisivos na superação do agrarismo patriarcal herdado da colônia. Para SBH, como lembra Brasília Sallum (2011) em ótima apresentação do livro, “o fim das bases materiais do patriarcalismo” propiciado por aqueles processos “não eliminou”, entretanto, “suas expressões políticas e intelectuais” (Ibid.: 254).

Desde sua edição original, *Raízes do Brasil* abraça a tese de que o funcionamento do estado é profundamente regulado, desde dentro, pelas tendências culturais da sociedade civil. O ceticismo de SBH frente à possibilidade de que iniciativas políticas de transformação do estado modificassem sozinhas o seu funcionamento, sem uma transformação prévia ou simultânea daquelas tendências culturais, radica naquela tese. Fosse pela substituição dos dirigentes políticos existentes por novos, fosse pela imposição de sistemas de leis que haviam se revelado virtuosos em outras sociedades, tentativas de transformação do estado brasileiro sem tentativas de transformação da sociedade que o sustenta só levariam, segundo SBH, a mudanças superficiais de “aparato”, não a mudanças profundas de “substância” (Ibid.: 179).

Na medida em que padrões societários como o personalismo e a cordialidade seriam capazes de se apropriar de instituições e fórmulas modernizantes tomadas de empréstimo a países como França e Estados Unidos, a verdadeira modernização do Brasil dependeria de uma transformação naqueles padrões societários. É com base nessa hipótese que SBH vai criticar as alternâncias políticas do período entre “liberalismo” e “caudilhismo”, isto é, entre a versão oligárquica do liberalismo que marcou a partilha de poder pelas elites cafeeiras na República Velha, de um lado, e a centralização do poder por um caudilho simbolizada pelo regime autoritário de Vargas, de outro.

Como resume Sallum:

“...não haveria solução simples para o descompasso entre sociedade e política. Haveria que ir mais fundo e mudar a própria substância da política brasileira tradicional; haveria que incluir no estado as camadas sociais até então excluídas, romper com o padrão oligárquico de mando, democratizá-lo efetivamente; haveria que substituir as revoluções horizontais por ‘uma revolução vertical [...] que trouxesse à tona elementos mais vigorosos, destruindo para sempre os velhos e incapazes’. Para Sérgio Buarque,

uma revolução desse tipo não deveria excluir, expurgar, as classes superiores, mas amalgamar a elas os elementos novos, as camadas até então marginalizadas da vida política” (Sallum, 2011: 256).

Recomendações de leitura

Selecionando um pedacinho minúsculo de uma literatura gigantesca, frequentemente de alta qualidade, sugerirei o livro de Pedra Meira Monteiro (2015) como exegese pormenorizada de *Raízes do Brasil*.

Duas críticas profundas e detalhadas da obra, muito diferentes na letra e no espírito, me parecem indispensáveis.

Jessé Souza (2000; 2003) desenvolve sua crítica a SBH como fonte primeira de uma “sociologia da inautenticidade” da modernidade no Brasil – o contraponto a partir do qual Souza apresenta uma “interpretação alternativa do dilema brasileiro” e de nossa “modernidade periférica”, [inspirada principalmente em Charles Taylor, Pierre Bourdieu e Florestan Fernandes](#).

Luís de Gusmão (2012) mostra que, em contraste com o mergulho posterior de SBH na historiografia, o excesso de ambição interpretativa em *Raízes do Brasil* leva o autor paulista, com muita frequência, a ajustar os fatos históricos à sua megainterpretação, em vez de corrigir a megainterpretação pelo registro historiográfico.

Ah, e não esqueça também de ler tudo que Sérgio Tavolaro escreveu sobre seu xará ou qualquer outro intérprete do Brasil.

Referências

CANDIDO, Antonio. “O significado de *Raízes do Brasil*”. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.9-21.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUSMÃO, Luís de. *O fetichismo do conceito*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MONTEIRO, Pedro Meira. *Signo e desterro: Sérgio Buarque de Holanda e a imaginação do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2015.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

NICOLAZZI, Fernando. “*Raízes do Brasil* e o ensaio histórico brasileiro: da história filosófica à síntese sociológica, 1836-1936”. *Revista Brasileira de História*, v.36, n.73, 2016.

SALLUM JR., Basílio. “Sérgio Buarque de Holanda: *Raízes do Brasil*”. In: MOTA, Lourenço Dantas. *Um banquete no trópico: Introdução ao Brasil*. Volume 1. São Paulo: Senac, 2011.

SOUZA, Jessé. *Modernização seletiva*. Brasília: UnB, 2000.

_____. *A construção social da subcidadania*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/IUPERJ, 2003.

TAVOLARO, Sérgio Bandeira de Faria. *Cidadania e Modernidade no Brasil (1930-1945): Uma crítica a um discurso hegemônico*. São Paulo: Annablume, 2011. ISBN 8539102617.

_____. “Patriarcalismo e personalismo: duas trilhas de compreensão da experiência social brasileira”. In: NEVES, Fabrício; CORRÊA, Diogo Silva; PETERS, Gabriel (orgs.). *Existe teoria social no Brasil? Conceitos e debates contemporâneos*. Rio de Janeiro: Telha, 2024, v. 1, p. 73-90.

WEGNER, Roberto. “Um ensaio entre o passado e o futuro”. In: HOLANDA, Sérgio B. de. *Raízes do Brasil*. Ed. comemorativa de 70 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.